

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.750.925 - RJ (2016/0322294-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**R.P/ACÓRDÃO** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : ARLANXEO BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : MARICI GIANNICO - DF030983  
THAIS ARZA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP267967  
ANNA CAROLINA LIMA PEREIRA - DF044522  
CÁSSIO GAMA AMARAL E OUTRO(S) - SP324673  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
**ADVOGADOS** : EDUARDO BORGES DE OLIVEIRA - RJ158278  
JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO E OUTRO(S) - RJ104348  
DAYANNE ALVES SANTANA - DF036906  
**RECORRIDO** : JUSSARA MONTEIRO NAPOLEAO DE FRANCA  
**RECORRIDO** : LENIZA FERNANDES LIMA  
**RECORRIDO** : LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA  
**RECORRIDO** : MARIO ROGERIO LEAL DA COSTA SOL  
**RECORRIDO** : PAULO CESAR ALVES CHAVES  
**RECORRIDO** : PAULO CESAR ALVES CHAVES  
**RECORRIDO** : PAULO LUIZ OZORIO DE SA  
**RECORRIDO** : PETRUCIO GOES DOS ANJOS  
**RECORRIDO** : REINALDO MARQUES  
**RECORRIDO** : ANTONIO FERREIRA DE ANDRADE  
**RECORRIDO** : PAULO CESAR MARQUES DE SOUZA  
**RECORRIDO** : LEONIDAS SALVADOR RODRIGUES  
**ADVOGADOS** : JORGE SAFE E SILVA - RJ080938  
ALEXANDRE MAGNO SAFE E SILVA - RJ070400  
MARILIA LUCIA FERNANDES DA SILVA E OUTRO(S) - RJ165533

## EMENTA

RECURSOS ESPECIAIS. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. INTERESSE PROCESSUAL. AUSÊNCIA. CONDIÇÃO DA AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. NECESSIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. A declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica deve versar sobre uma situação atual, já verificada, e não sobre situação futura e hipotética. Precedentes.
3. No caso dos autos, desponta cristalina a desnecessidade do provimento judicial para responder a indagações hipotéticas da parte autora, fundadas no exercício do direito de retirada de patrocínio não efetivado e sequer cogitado.
4. O Poder Judiciário não pode ser utilizado como órgão de consulta para responder a questionamentos das partes acerca de situações futuras hipotéticas e abstratas.
5. Recurso especial da PETROS provido e recurso especial da ARLANXEO prejudicado.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas,

# *Superior Tribunal de Justiça*

prossequindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, decide a Terceira Turma, por maioria, dar provimento ao recurso especial da PETROS e julgar prejudicado o recurso da ARLANXEO BRASIL S.A, nos termos do voto do Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, que lavrará o acórdão.

Vencidos os Srs. Ministros Moura Ribeiro e Nancy Andrichi.

Votaram com o Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino e Marco Aurélio Bellizze.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator

